

WILKES, Sue (2024). *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries*. Barnsley: Pen & Sword Books, 278 pp., ISBN 978-1-03611-383-4.

Era uma vez um império que se considerava o culminar do progresso humano. O ferro e o vidro erguiam-se, na Grã-Bretanha do século XIX, como símbolos de modernidade, inovação e prosperidade, exaltados em exposições universais e na retórica triunfalista da era vitoriana.

Sue Wilkes é uma historiadora britânica especializada em História Social e Industrial da Grã-Bretanha, especificamente no quotidiano da Revolução Industrial e na vida das classes trabalhadoras. Embora formada em Física, no Lady Margaret Hall da Universidade de Oxford, o seu percurso consistente na investigação histórica valeu-lhe a eleição como *Fellow of the Royal Historical Society*, confirmando o seu reconhecimento. A obra analisada, publicada em 2024 pela editora Pen & Sword History, é considerada o seu trabalho mais maduro e completo, estruturada em catorze capítulos, compreendendo um período que se inicia nas origens do trabalho infantil da época pré-industrial e que culmina na institucionalização da escolaridade obrigatória nos finais do século XIX.

Sue Wilkes inicia a obra *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries* com uma evocação deliberadamente narrativa da Exposição Universal de 1851 e do Crystal Palace, símbolo máximo do triunfo industrial e imperial britânico: “Once upon a time, in Queen Victoria’s reign, a fairytale palace of glass and iron was built”. Associada a contos de fadas, a aplicação da expressão “once upon a time” não é utilizada ingenuamente: opera como um recurso teórico que convida o leitor a questionar a natureza ilusória desse esplendor. Por detrás do palácio de ferro e vidro, uma metáfora do progresso e da modernidade vitoriana, escondia-se uma realidade marcada pelo trabalho extenuante, perigoso e prematuro de milhares de crianças. É precisamente esta dissonância entre o imaginário do progresso e a realidade vivida pelos mais vulneráveis que estrutura toda a obra de Wilkes.

Ao longo da obra, a autora desconstrói a imagem idealizada da Revolução Industrial, demonstrando que a consolidação da economia assentou numa normalização social do trabalho infantil profundamente enraizada na pobreza estrutural, na moral religiosa e na ideologia do *laissez-faire*. Não ficando por uma narrativa linear de progresso, a autora apresenta um percurso marcado por ambivalências, resistências e avanços graduais, no qual a criança foi sendo progressivamente redefinida, desde força produtiva indispensável a sujeito

merecedor de proteção e educação. Wilkes examina as múltiplas formas de trabalho infantil, desde os aprendizes paroquiais¹, às fábricas, às minas, à agricultura, ao trabalho doméstico, às oficinas urbanas e à migração imperial, demonstrando que o trabalho prematuro foi um elemento estrutural da economia industrial e não um fenómeno residual. Articulando testemunhos infantis, com relatórios parlamentares e um relativo enquadramento legislativo, a autora evidencia tanto a dimensão da exploração, como as ambivalências e resistências sociais e políticas. Deste modo, a obra evidencia que a progressiva limitação do trabalho infantil resultou de uma lenta mudança de mentalidades e de políticas, inseparável da redefinição da infância na modernidade industrial e imperial britânica. Sublinhando bem a relação entre as alterações legislativas e as representações sociais da infância, mediante referências a moralistas, à imprensa, à filantropia e aos escritores românticos, refere a autora que a transformação foi igualmente simbólica como económica.

Ao utilizar um leque amplo de fontes, desde relatórios oficiais (*Children's Employment Comissions*, relatórios de inspetores de fábricas e inquéritos sobre minas), jornais e revistas, casos judiciais, a memórias e depoimentos orais e biográficos, designadamente de Charles Dickens, além de fontes iconográficas e locais, Sue Wilkes concilia estatística, evidências legais e narrativas testemunhais, comprovando a solidez da obra. Não obstante, apesar das referências a estimativas, a autora não desenvolve extensamente as análises estatísticas, optando por contextualizar números quando necessário e restringindo-se a uma abordagem qualitativa. Ainda assim, quando utiliza relatórios parlamentares, Wilkes explora de forma eficaz os relatórios das comissões como fontes privilegiadas para estudar as alterações legislativas e o papel da opinião pública, um caminho metodológico clássico e coerente quando se analisa trabalho infantil. Paralelamente, ainda que empregue fontes orais e de inquéritos de forma eficaz, carece de uma elucidação relativamente aos limites destas fontes, designadamente o enviesamento nas inquirições parlamentares, a representatividade dos depoimentos e as estratégias retóricas das partes interessadas.

Metodologicamente, a combinação entre escalas macro e micro analíticas, isto é, a utilização do contexto económico e legislativo, mas também os testemunhos e casos, permite captar tanto as dinâmicas estruturais como a realidade vivida. Este método é excepcionalmente profícuo para explicar a dualidade das atitudes, desde os pais, aos patrões e aos reformadores. Por outro

¹ *Parish apprentices* eram crianças pobres ou órfãs entregues pelas paróquias a mestres, frequentemente em fábricas ou oficinas, ao abrigo das *Poor Laws*, ficando legalmente vinculadas e fornecendo mão de obra barata em troca de sustento e, teoricamente, formação profissional.

lado, a obra privilegia fontes em inglês e sobretudo britânicas, isto é, adequando-se ao objeto, mas limita comparações transnacionais que enriqueceriam a análise. Além disso, embora a autora cite estimativas e censos, a inserção de análises quantitativas mais sistemáticas, como gráficos e tabelas comparativas, robusteceria argumentos sobre a extensão e intensidade do fenómeno. Verifica-se ainda a utilização de mapas e referências regionais, porém a autora não produz uma análise que cruze variáveis como a idade, setores, regiões e tempo, o que diminuiria a necessidade de referir casos específicos.

Historicamente, é uma obra que adquire um valor significativo. Dando visibilidade às vozes das crianças, através dos testemunhos das comissões e memórias, contribuindo para a *history from below* e recuperando a experiência dos sujeitos subalternos, mostrando o papel dos depoimentos infantis na construção da consciência pública vitoriana, a obra alia-se a estudos bem consolidados na historiografia (HOPKINS 1994; HORN 1994; KIRBY 2003), num processo de dignificação da infância bem conseguida. Todavia, carece de uma análise relativamente às experiências de minorias, especialmente quando o imperialismo é referido. Há uma lacuna evidente de análise interseccional, de género, etnia e raça, que poderia ser benéfica, se não fundamental, para estudos globais e pós-coloniais.

Ainda assim, integra um extenso conjunto de temas, atravessando a indústria têxtil, as minas, a agricultura, o trabalho doméstico e os aprendizes paroquiais, prestando ao leitor um panorama intersectorial raro em obras de síntese como esta. Num trabalho que aborda um tema tão complexo como o trabalho infantil, seria quase inevitável transformar a obra numa *misery memoir*. Mas, de facto, Wilkes evita cair numa narrativa unívoca de miséria total: reconhece casos de resiliência, oportunidades e diversidade regional.

Se a obra abre com *once upon a time*, evocando o imaginário do progresso industrial, Sue Wilkes sustenta que esse passado não pertence aos contos de fadas, alinhando-se a uma historiografia que, desde meados do século XX, tem problematizado as narrativas enaltecidas da Revolução Industrial.

Clara e inteligível, *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries* é uma obra que recupera a voz das crianças e realça as contradições morais da industrialização. É uma contribuição útil para futuros estudos sobre infância, trabalho e reformas sociais do século XIX, e um ponto de partida para investigações mais analíticas e comparativas. A autora revela ainda uma preocupação com a relevância atual do tema, mencionando que, segundo a Organização Internacional do Trabalho, milhões de crianças continuam a trabalhar e em condições precárias no século XXI, um eco das contradições do século XIX, que confere atualidade à investigação.

Bibliografia

- HOPKINS, Eric (1994). *Childhood Transformed: Working-Class Children in Nineteenth-Century England*. Manchester: Manchester University Press.
- HORN, Pamela (1994). *Children's Work and Welfare, 1780-1890*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIRBY, Peter (2003). *Child Labour in Britain, 1750-1870*. London: Palgrave Macmillan.

Laura da Silva Duarte
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
laura_2000_duarte@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-8139-9223>

